

No mais, eu quero aproveitar a oportunidade - muito provavelmente hoje deve ser o último dia que tenha sessão aqui nesta Casa - para agradecer a Deus, primeiro, por mais um ano, pela oportunidade de estar aqui, pela convivência com os pares aqui, de forma muito respeitosa, pelo carinho.

Tem sido um aprendizado muito grande para mim. Para mim, tem sido um desafio e tanto exercer aqui a função de deputado estadual junto com os demais 93 colegas.

Por isso eu quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a cada um aqui por aquilo que fizeram por mim, aos que me ajudaram, aos funcionários desta Casa, aos policiais, às pessoas que trabalham aqui e especialmente a toda a população paulista.

E dizer da honra e alegria que é estar sendo parlamentar nesta Casa. Esperamos, em Deus, que o próximo ano, 2022, seja um ano melhor, sem pandemia, porque estes dois anos foram muito difíceis. Perdemos muitas pessoas, muitas vidas.

Nós queremos, com fé em Deus, no próximo ano, 2022, devolver ao povo paulista mais Saúde, mais condições, e devolver ao povo brasileiro, também, as condições de mudar o Brasil, de melhorar o Brasil e também de melhorar o estado de São Paulo.

Por isso, na próxima eleição, certamente o povo paulista e o povo brasileiro vão saber escolher os seus representantes, os seus governantes, para que não passem mais quatro anos sofrendo, como estamos vivenciando estes últimos três e vai para o quarto ano em 2022.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Continuando a lista de oradores, próximo deputado, Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. Vai falar? Tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, boa tarde, presidente. Venho a esta tribuna para falar mais uma vez sobre o meu projeto que não foi pautado, lógico, e pelo jeito vou ter que brigar muito para conseguir que as nossas crianças que possuem uma deficiência auditiva possam ter o direito - olha o absurdo -, para que as nossas crianças que possuem deficiência auditiva possam ter o direito de entrar na escola a partir da educação infantil, por que hoje, hoje, as nossas crianças não têm esse direito.

A criança que nasceu com uma deficiência auditiva não consegue entrar na escola regular pública, nem privada, de educação infantil, nem de fundamental I. Essa criança só vai conseguir entrar na escola a partir do fundamental II, ou seja, depois do sexto ano é que essa criança vai entrar na escola. Antes disso, ela estará em alguma instituição que vai se virar para conseguir ensinar a linguagem de Libras para essa criança.

Essa criança vai aprender a linguagem de sinais, que é a língua de sinais, ela vai aprender, mas os amiguinhos ouvintes da idade dela não vão. Ou seja, ela vai continuar excluída, por que, quando ela entrar na escola, lá com dez, onze, doze anos, os amigos ouvintes que ela porventura fará, ou não, dentro da sala de aula e dentro da escola não vão conseguir conversar com ela, porque eles não vão aprender a linguagem de sinais. E essa criança, não conseguindo ouvir e nem falar, não vai conseguir se comunicar com os seus coleguinhas.

E aí o governo do estado de São Paulo continua dizendo que é o governo que mais se preocupa com Educação, que mais se preocupa com a inclusão. Semana passada, eu, indignada com o que o líder do Governo fez comigo, que não pautou o meu projeto, ele me dá um parecer...

Gente, olha, seria cômico se não fosse absurdamente trágico o que eu tive que ler no parecer que foi mandado pela Secretaria de Educação aqui do estado de São Paulo.

Eu vou falar para vocês que eu estou estarrecida com o que eu tive que ler, dizendo que o meu projeto não funciona. Uma nota técnica, vamos lá, nota técnica do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado de Educação, Coordenadoria Pedagógica, Coped.

Olha o que eles falam. Eles falam que o meu projeto não pode ser aprovado porque não se deve ensinar, não precisa ensinar linguagem de sinais para pessoas não ouvintes, não tem necessidade.

\*\*\*

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

\*\*\*

Ou seja, as crianças que são surdas não precisam ter uma forma de se comunicar com as crianças ouvintes. Não precisam, segundo a Coordenadoria Pedagógica do Departamento de Modalidade Educacional e Atendimento Especializado, que diz que não tem necessidade. Deputada Bebel, os nossos alunos ouvintes e os nossos alunos surdos não precisam se comunicar. E, segundo eles, isso não é exclusão. Não é exclusão isso, entendeu?

Ai eles falam que o Seduc, que é um exemplo, permite que o aluno tenha uma pessoa, um intérprete de libras. Aí a criança com quatro, cinco, seis anos tem um intérprete de libras, e esse intérprete de libras vai fazer com que ela se relacione com todos os outros amiguinhos como?

Vai ficar o dia inteiro do lado dela? Porque eu sou professora de Educação Infantil. A criança ficava das sete da manhã às sete da noite na escola, e nenhum intérprete de libras ficava do lado da criança.

Então, se o professor não souber e todas as crianças aprenderem, a criança nunca vai ter inclusão dentro do sistema educacional público do estado de São Paulo, porque alguns estados, como, por exemplo, Paraná, já têm isso.

Eles já estão colocando dentro do seu currículo a língua de sinais para todos, porque quando eu, ouvinte, aprendo, eu consigo conversar com uma pessoa surda. Eu falei semana passada e repito esta semana: no começo do mês a nossa primeira-dama fez uma homenagem a um bombeiro que, com a graça de Deus, sabia a linguagem de sinais, sabia Libras e conseguiu conversar com o socorrido.

E a pessoa que estava lá, vítima, falou em sinais com o bombeiro e falou que não poderia tomar aquela injeção que ele ia aplicar porque era alérgica. Ou seja, olhe a importância.

O bombeiro, no afã de salvar a vida, poderia matar aquela vítima, mas, graças a Deus, aquele bombeiro sabia a língua de sinais e conseguiu conversar com a pessoa e salvou a vida da pessoa.

Agora eu pergunto: se aqui nós temos uma Secretaria de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que no seu site coloca que tem lá o curso gratuito de libras, por que os professores da rede estadual não podem ir lá fazer o curso e trabalhar com as crianças dentro da sala de aula? Qual seria o impeditivo?

Gente, a gente vê uma maldade sem tamanho nesse governo. É uma maldade, é uma coisa tão absurda que não dá para entender. A Educação, para esse governo, é a última coisa que se coloca.

Eles tiraram 62% da verba do Orçamento do ano que vem do Lucy Montoro, que é um programa de reabilitação. Gente, o que é isso? Esse é um programa excelente que o Estado tem, que faz a reabilitação não só de pessoas com deficiência, mas de acidentados e etc. Eles tiraram 62% do investimento para o ano que vem. Onde já se viu?

E aí esse dinheiro vai para onde? Para publicidade do governo do estado de São Paulo, gente, porque o governador

do estado de São Paulo precisa fazer publicidade para ver se ele ganha a eleição de presidente do nosso país o ano que vem, porque é só nisso que esse homem pensa. A única coisa que tem na cabeça é exatamente isso.

E aí a gente vê a barbaridade que está acontecendo aqui no nosso Estado, com esse jantar maravilhoso que teve convite muito barato, 500 reais o convite. Olhe que mixaria!

Quinhentos reais o convite para o jantar onde estava junto tudo o que a gente pode imaginar, todos os partidos, todos os suspeitos, condenados, todos os processados e, principalmente, todos os interessados em que o nosso país volte a ser aquela bandalheira e aquela roubalheira que foi até 2018.

Então esse jantar que teve mostrou para a gente a barbaridade que é o desespero que estão as pessoas que querem que o nosso país volte a ser o país da corrupção. É muito triste a gente ter que assistir isso, mas nós somos brasileiros e não vamos desistir. Eu não vou desistir de defender as pessoas com deficiência e nós não vamos desistir de defender o nosso País.

Muito obrigada, presidente. Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos, Sra. Deputada.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente, chamo à tribuna a nobre deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas, que permuta seu tempo com o deputado Agente Federal Danilo Balas. Vossa Excelência tem o prazo regimental de dez minutos.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILLO BALAS - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, boa tarde. Final de ano, estamos todos aqui reunidos, a todos que nos acompanham pela TV Assembleia, deputados e deputadas aqui presentes, público que está conosco neste final de ano defendendo as suas bandeiras, aqui estamos juntos contra a vacinação obrigatória, o passaporte da vacina. Como coautor do PL 668, sou coautor desse projeto, estamos juntos. Obrigado pela presença neste final de ano.

Começo meu discurso nesta tarde de hoje dizendo e afirmando que Jair Messias Bolsonaro será o presidente da República por mais quatro anos, tenho certeza disso. Farei campanha mais uma vez para o presidente Bolsonaro, corrierei todo o estado pedindo votos, sim, ao presidente, pedindo voto a quem vier nos representar no estado de São Paulo, se Deus quiser o ministro Tarcísio.

Temos que mudar o que estamos tendo aqui no estado de São Paulo por mais de duas décadas, uma dominação do mal. O mal domina o estado de São Paulo há mais de duas décadas, e início o meu discurso afirmando: teremos, mais uma vez, se Deus quiser e se depender do nosso trabalho, o presidente Bolsonaro mais quatro anos governando o nosso País.

E, se o ministro aceitar, o estado de São Paulo mudando de cara, saindo do esgot com o que o pior governador da história do estado de São Paulo fez com o nosso Estado.

Sou obrigado a falar de um jantar que aconteceu no domingo, dia 19, um jantar ocorrer entre duas figuras conhecidas internacionalmente, já transcendem o Brasil. O maior bandido da história do País, que assaltou os cofres da Nação, Luiz Inácio Lula da Silva, se reuniu com Geraldo Alckmin, que por dois mandatos humilhou policiais, humilhou professores, e o partido dele continua humilhando professores, policiais, inúmeros servidores do estado de São Paulo.

Esse jantar é o jantar do desespero, é o jantar que vai afundar ambos os barcos, porque unidos eles são ainda piores. Então parabéns, Lula e Alckmin, pela união, pois isso só reforça e nos fortalece.

Fortalece nosso presidente Bolsonaro nessa reeleição. O Brasil não quer a corrupção de Lula, o Brasil não quer a má gestão de Alckmin, o Brasil quer Bolsonaro por mais quatro anos, em São Paulo, o ministro Tarcísio, se Deus quiser.

Trago outro assunto nesta tribuna, o passaporte da vacina. Muitos apoiadores, seguidores, pessoas lá de Sorocaba, de várias cidades por onde nós rodamos estão perguntando: “Deputado, e esse passaporte da vacina, essa obrigatoriedade da vacinação, esse absurdo que está acontecendo no estado de São Paulo?”. Pois é, é uma decisão que vai contra a Constituição Federal de 1988, o direito de locomoção.

A liberdade de ir e vir do brasileiro está sendo tolhida aqui no estado de São Paulo, uma imposição do governo. E, para fazer frente a isso, nesta Casa de Leis, propusemos o PL 668, de 2021, em coautoria com outros deputados, que traz algumas proibições, algumas delas importantes, que devemos ler aqui. O PL 668, no Art. 2º, traz: fica proibido exigir comprovante de vacinação contra Covid-19 para acesso a locais públicos ou privados.

Fica proibido, também, exigir comprovante para realização de atendimento médico ou ambulatorial, inclusive para cirurgias eletivas nos serviços de saúde público ou privados.

Fica proibido, também, exigir comprovante para servidores ocupantes de cargos, funções ou empregos públicos da administração pública direta ou indireta e, também, fica proibido pedir comprovante de vacinação para ingresso nas escolas públicas ou privadas, bem como para participação em atividades educacionais.

Também falamos das crianças nesse Projeto de lei 668. Mesmo com indicação das autoridades sanitárias, compete exclusivamente às famílias decidir se vacinarão seus filhos menores de idade contra a Covid-19.

Então, um projeto de lei, que é o 668, lúcido, que faz justiça, que está de acordo com a Constituição Federal e segue lado a lado ao anseio da população do estado de São Paulo.

Por fim, aproveito esta tribuna para lembrar do governador traidor. Governador João Agripino Doria, o governador traidor, almeja ser presidente da República. Veja, um cidadão que conquistou a vaga de governador, chefe do Poder Executivo, traindo seu padrinho Geraldo Alckmin.

Ele traiu Bruno Covas também quando flertou com Joice Hasselmann para indicá-la à prefeitura de São Paulo, ele traiu o presidente Bolsonaro quando usou do nome do presidente para o Bolsodoría se eleger e, 90 dias depois, já o estava traindo.

Governador João Agripino Doria traiu policiais do estado de São Paulo. Na sua campanha, ele prometeu - está lá nas redes sociais a promessa - que o salário do policial de São Paulo seria o maior do País, exceto Distrito Federal. Traiu a polícia de São Paulo, traiu professores. Agora, fica jogando migalhas a nove meses das eleições. Traiu o quadro auxiliar da Educação, traiu os servidores da Saúde.

Governador Doria, o governador traidor, traiu pessoas com deficiência, aumentou o ICMS, arrebentou o agronegócio do estado de São Paulo, subindo insumos agrícolas, traiu aposentados, que dedicaram 40 anos ao Magistério, por exemplo. E ele almeja ser presidente do País, o governador traidor, que usa dinheiro público para fazer propaganda e publicidade.

Esta Casa tem um pedido de CPI assinado por 35 deputados, que tiveram coragem de assinar o requerimento de CPI, requerimento de minha autoria, para investigar o gasto de 545 milhões de reais em publicidade.

Não contente, João Agripino Doria colocou, no mês de agosto, outro contrato, de mais 125 milhões de reais, em propaganda. Temos propaganda do João Vacinador por todo o País.

O João Traidor, o governador traidor, não pode e jamais chegará ao mais alto cargo da Nação. Primeiro, porque não tem competência. Segundo, porque não tem caráter, não tem hombridade. (Manifestação nas galerias.)

E terceiro, porque João Agripino Doria não chega nem a 3% dos votos no final das urnas apuradas. Senhoras e senhores, o pior governador da história de São Paulo, João Agripino Doria, o governador traidor, trairá a todos mais uma vez.

Encerro as minhas palavras desejando um feliz Natal e um feliz Ano Novo a todos. Que Deus os abençoe. Para concluir, presidente, agradeço à minha querida esposa, Fernanda, e à minha filha Júlia, de três anos e meio. Muitas vezes, fico ausente de minha casa para lutar pelo povo paulista, para sempre lutar pela legalidade, pela transparência e a favor dos cidadãos de bem.

Deus abençoe a todos. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Para falar pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Pois não, deputada. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, apenas para solicitar à Casa, porque nós estamos um pouco perdidos com relação à pauta, o que será apreciado hoje, tanto na Ordem do Dia quanto nas sessões extraordinárias.

Eu entendo que acordo deve ser cumprido. Trabalho com relação ao que foi acordado no Colégio de Líderes. Sei que o Governo tinha em pauta, na semana passada, o PL Bruno Graf de proibição ao passaporte sanitário como 13º item a ser apreciado.

E, de fato, chegaria a ser apreciado, não houvesse, infelizmente, o que aconteceu, de ter um desacordo entre os diversos líderes aqui na Assembleia, entre os deputados, com relação a alguns vetos que deveriam ser apreciados.

Parece que houve uma falta de comunicação e diálogo e, infelizmente, não foi pautado, não chegou a ser pautado. Porém, o Governo colocou pelo menos em pauta, porque isso foi convocado na sessão extraordinária, o PL Bruno Graf, para ser pautado, e não chegou a esse ponto.

Então eu queria dialogar e conversar com os demais líderes da Assembleia para ter, pelo menos, a confirmação, por parte do Governo, de que o PL Bruno Graf, que proibe o passaporte sanitário no estado de São Paulo, seja apreciado por esta Assembleia já no retorno dos trabalhos, o quanto antes, junto com outros projetos de deputados, porque acho que isso é uma questão de justiça. Não apenas o PL Bruno Graf, como os demais projetos de deputados que estavam acordados para serem apreciados na semana passada.

É uma solicitação que eu faço ao Governo, para que a gente possa fazer a votação da redação final da Lei Orçamentaria Anual. Eu peço ao presidente da Casa, ao deputado Vinícius Camarinha, a todos os deputados que compõem a base governista, para que façam esse esforço de pautar o PL de proibição do passaporte sanitário assim que voltarmos aos trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, passando o recesso Legislativo, porque eu entendo que, a alta estura do campeonato, nós não teremos quórum para aprovar absolutamente nada na Casa, seja qual PL for.

Acho que nós somos a única Assembleia Legislativa ainda aberta no País inteiro. Então eu faço essa solicitação ao Governo, que, encarecidamente, paute o PL Bruno Graf, de proibição ao passaporte sanitário, para que a gente possa votar a redação final e assim tirar o recesso Legislativo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Passo a palavra à oradora na tribuna.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PELO ART. 82 - Obrigada, Sra. Presidente Janaina Paschoal. Boa tarde. Cumprimento também a Mesa que compõe os trabalhos, a Mesa de trabalhos, os assessores à minha esquerda e à minha direita, o público presente e todos que nos ouvem e assistem através da TV Alesp.

Eu começo primeiro a minha fala explicitando o meu descontentamento com relação à postura que a Secretaria do Estado da Educação está tendo com relação à atribuição de aulas. É inaceitável rasgar o estatuto do Magistério. É inaceitável não cumprir a pontuação.

Veja bem, deputada Valeria Bolsonaro, a gente só tem uma forma lícita de classificar professores, por tempo de serviço, títulos. Essa é a forma que a gente sempre defendeu, pelo estatuto do Magistério de classificação.

Esse período desta semana está sendo dos chamados professores categoria “O”, ou os precarizados, que estão sofrendo um revés do tipo quem tem menos ponto pegar aula na frente de quem tem mais ponto. Nós não podemos aceitar.

Então, amanhã a gente vai ter um ato. Esperamos, dignamente, que o secretário da Educação nos receba com dignidade, sem colocar segurança, embora eu respeite os seguranças, mas a gente é deputada e também presidente da Apeesp. Acho que temos autoridade o suficiente para tentar negociar os direitos dos professores.

A deputada Valeria Bolsonaro colocou uma questão com a qual eu concordo. Eu vou votar favorável ao projeto de lei dela. É um projeto de lei justo, projeto que trata exatamente de quem é surdo, de quem é mudo e que precisa de um tratamento.

Não porque a gente fala que é especial, no sentido de afastar. Não é dessa forma, não é assim que eu entendo, mas especial no sentido de admitir que tem diferenças, e a diferença tem que ser tratada dessa forma.

Eu não sou do partido da deputada Valeria Bolsonaro, nem da concepção segundo a qual ela comunga. Por exemplo, ela é favorável à continuidade do presidente Jair Bolsonaro e eu não sou favorável.

Embora também penalize, deputado Danilo Balas, com essa possibilidade de o ex-governador Geraldo Alckmin vir a ser vice do presidente que eu quero que seja, que é o presidente Lula. (Manifestação nas galerias.)

Eu lamentavelmente quero dizer que eu tenho esse cuidado. Mas, enfim, eu também vejo o presidente Jair Bolsonaro ter as posições dele, e respeito. Então, gostaria de ser respeitada. Nunca disse que era bolsionarista. Sempre disse que sou petista, tanto que fui eleita pelo Partido dos Trabalhadores.

Então, respeito é bom e eu gosto. Eu acho que é assim que a gente tem que se portar nas posições contrárias, muito embora eu pouco me lixe com vaías. Eu estou muito acostumada, até porque este país regrediu muito no que diz respeito ao marco civilizatório que a gente precisa ter.

Mas, com tudo isso, eu não concordo com uma possível aliança com o ex-governador - estou tentando dizer isso - que é o Geraldo Alckmin. Eu quero o Lula com outra aliança, não essa. No mais...

Não, poder falar. Eu não saio do salto, eu continuo no salto. Pode vaiar à vontade, pode vaiar, porque, para falar de roubalheira, vocês têm que explicar muito bem o que...

Enfim, eu nunca vim aqui acusar nada, porque eu sou daquelas que gosta das provas. O presidente Lula está aí, livre e solto para sair candidato a presidente da República Federativa do Brasil, e será eleito, com ou sem a permissão de vocês.

Vai. Vai, e vocês vão ter que engolir. Mas, terminando a minha fala, eu quero dizer o seguinte: que essa atribuição de aulas, que é a categoria que eu represento, está difícil. Ser categoria “O” está muito difícil também. Nós vamos lutar por concurso e, com isso, garantir uma contratação digna.

É isso, muito obrigada e um abraço para a galera da bancada.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Seguindo com a lista dos oradores inscritos no Grande Expediente, chamo à tribuna o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Pois não, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para pedir a suspensão dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Até as 16 horas e 30 minutos?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Agradecendo ao senhor que veio nos brindar com uma bela canção natalina, eu suspendo os trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.
\*\*\*

- Suspensa às 16 horas e 6 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à ORDEM DO DIA
\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Item 1 e 2. Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2021. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o decreto.

Item 2 - Em votação o Projeto de decreto legislativo nº 88 de 2021. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 44a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 22/12/2021.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está levantada a presente sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 31 minutos.

\*\*\*

## 21 DE DEZEMBRO DE 2021 44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovada a redação final do PL 663/21.
2 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21, em nome do PSOL.
3 - GIL DINIZ
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
4 - PROFESSORA BEBEL
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21, em nome do PT.
5 - AGENTE FEDERAL DANILLO BALAS
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
6 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que tendo sido aprovada a redação final do PL 663/21, que trata do Orçamento para o exercício de 2022, bem como o PDL 84/21, que trata da prestação de contas do Poder Executivo, relativas ao ano de 2020, cumpre-se o disposto no § 4º, do Art. 9º, da Constituição Estadual. Comunica que, de acordo com o Art. 14, inciso I, alínea "d" da XIV Consolidação do Regimento Interno, encaminhará à publicação a Resenha dos trabalhos da presente Sessão Legislativa.
7 - JANAINA PASCHOAL
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
8 - VALERIA BOLSONARO
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
9 - LETICIA AGUIAR
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
10 - CAIO FRANÇA
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
11 - DOUGLAS GARCIA
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
12 - MAJOR MECCA
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
13 - RICARDO MELLÃO
Declara voto contrário à redação final do PL 663/21.
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Lê e comenta ofício encaminhado a esta Casa, pelo governador em exercício, Rodrigo Garcia, a respeito do parcelamento na cobrança do IPVA de 2022. Informa que deve pautar projetos de parlamentares e vetos na primeira semana de fevereiro de 2022.
15 - DOUGLAS GARCIA
Para comunicação, comemora decisão da Presidência de pautar projetos de deputados no início de 2022.
16 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Para comunicação, agradece a seus pares e à população pela solidariedade em relação à entrevista concedida ao jornal "Folha de S. Paulo". Defende o respeito ao pronunciamento de deputadas, neste plenário. Manifesta-se contra a concessão do Petar - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Comemora a eleição da esquerda, no Chile.
17 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, clama a seus pares apoio, em emendas, à AACD.
18 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que deve atender ao pleito do deputado Campos Machado.
19 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, defende a civilidade no processo eleitoral de 2022.
20 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Endossa o pronunciamento da deputada Professora Bebel.
21 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, defende a aprovação do PDL 22/20. Crítica o governo estadual.
22 - LETICIA AGUIAR
Para comunicação, manifesta-se defensora de liberdades individuais. Crítica o passaporte sanitário.
23 - VINÍCIUS CAMARINHA
Para comunicação, elogia a Presidência pela condução desta Casa. Faz agradecimentos gerais. Comenta a redução no ICMS de adubos e dos açougues.
24 - DRA. DAMARIS MOURA
Para comunicação, cumprimenta a Presidência e seus pares.
25 - SARGENTO NERI
Para comunicação, comemora a derrubada do veto ao PLC 40/19. Elogia a Presidência por pautar a matéria.
26 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Informa que esta Casa deve devolver aproximadamente 120 milhões de reais aos cofres do Estado.